

## **O Elogio dos Garamantes de Mambrino Roseo (1543) (Nota Explicativa)**

**Carlos Eduardo Ornelas Berriel**

**(Universidade de Campinas, Unicamp, Brasil)**

**Citação:** Carlos Eduardo Ornelas Berriel, "O Elogio dos Garamantes de Mambrino Roseo", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 3 (2005). ISSN 1645-958X.

<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>

*O Elogio dos Garamantes*, de Mambrino Roseo, aqui apresentado em tradução inédita para o português, foi a primeira utopia italiana, publicada em 1543. Cabem dois senões a esta afirmação: o primeiro é que, de fato, não se trata propriamente de uma obra original de Roseo, mas da tradução alterada, do espanhol para o toscano, de texto de Antonio Guevara; o segundo senão é que o gênero utópico não está amplamente realizado nesse escrito, formaliza-se mais como um *espelho de príncipes*, estando limitada assim sua inserção no gênero inaugurado por Thomas Morus.

Começemos pelo primeiro problema.

Como era hábito entre os historiadores do Renascimento, seus escritos eram marcadamente moralizantes, e tratavam a política com exemplos, extraídos principalmente da Antiguidade. Para Mambrino Roseo, tudo é História – traduções, poesia e contos cavalheirescos; e toda História é, para ele, política, admoestação, ensinamento e pedagogia. E esse foi o princípio adotado por ele na sua *Instituzione del Prencipe Cristiano*, que é, como já foi indicado, uma refacção, mais do que uma tradução, de uma prestigiada obra espanhola de Antonio de Guevara (1480-1545): o *Libro de Marco Aurelio*, cuja redação começou em 1518 e, gradativamente ampliado com o título de *Libro llamado Relox de los Principes, em el qual va encorporado el muy famoso libro de Marco Aurélio*, saiu definitivamente em 1529. Esta obra teve um sucesso extraordinário e foi traduzida, integral ou parcialmente, em quase todas as línguas europeias. Trata-se, a obra de Guevara e sua contrafação italiana, de um dos *espelhos de príncipes*, que são tratados sobre o ótimo principado, escritos durante o Renascimento; uma espécie de manual, como então se usava, de conselhos e de normas, com indicações daquilo que o príncipe deve fazer desde o seu nascimento, de como deve regular-se nas diversas circunstâncias e de como deve governar os súditos. E, coisa muito nova para esse gênero de literatura, o livro se abre com uma narrativa (na obra de Guevara, ao contrário, está no meio do tratado) inspirada, evidentemente, na história de Alexandre escrita por Curzio Rufo; uma narrativa de usos e costumes de um povo, os Garamantes, que vivia com poucas leis, com bastante humanidade na sua convivência, tendo os bens materiais em comum. Alexandre teria encontrado este povo tão peculiar na sua viagem de conquista da Índia. Trata-se, evidentemente, de uma construção em grande parte fantástica, já que os Garamantes, descrito por historiadores antigos e por viajantes como um povo que possuía tudo em comum, não vivia na Ásia, mas na África sahariana, são berberes líbios; e as notícias de que existiam eram apenas alusivas, vagamente indicativas. Mas Guevara, e por decorrência Roseo, enfeitaram a lenda e extraíram um modelo para servir aos seus príncipes cristãos. São um modelo de equidade, de justiça, de moral política: foi como se dissessem ser aquele o regime perfeito, no qual um bom governante devia inspirar-se. Uma utopia, em substância, ainda que não tivesse a aparência adequada; exigia menos paixão nas atividades públicas, e apontava que seria desejável mais ordem civil e social para os povos.

Vamos ao segundo problema: seria o *Elogio dos Garamantes* uma utopia? A resposta, suponho, não pode ser enfática em nenhum sentido.

O Renascimento, período do surgimento das utopias, foi notável, entre tantos outros motivos, pela sua inclinação pela racionalização da vida. Os homens daquele período foram seduzidos pela

idéia de guiarem por si mesmos o destino pessoal e a sorte da humanidade. Esta noção levou a que se fixassem normas de conduta pessoal e princípios reguladores para cada aspecto da vida prática. Os critérios são universalmente válidos; para cada setor da vida havia uma norma, uma guia, uma regra, um código; foram desta época os notáveis tratados sobre o perfeito cortesão (como o de Castiglione), sobre o perfeito ministro, sobre o perfeito homem do mundo, sobre o príncipe perfeito. Pois as utopias correspondem a este clima intelectual. Apesar de tão diversas, possuíram em comum o fato de descreverem detalhadamente uma sociedade ideal e perfeita.

Raymond Trousson estabeleceu um interessante esquema geral para a morfologia das utopias, indicando as características do gênero utópico (cf. Trousson 1992). O *Elogio dos Garamantes* de Mambrino Roseo, apesar de não ser um exemplo perfeitamente acabado das utopias do período, ainda assim cumpre vários dos quesitos sugeridos por Trousson.

Esta tipologia julga que a característica exterior mais evidente e mais comum da Utopia é o *insularismo*, ou seja, a condição geográfica mesma. Tal insularismo não é apenas uma ficção geográfica: corresponde à exigência de preservar a comunidade da corrupção externa e de apresentar um mundo fechado, um microcosmo no qual existem leis específicas que escapam ao campo magnético do real. O insularismo utópico é, em fundamentalmente, uma atitude mental da qual a ilha clássica é apenas a representação. Os Garamantes situam-se perfeitamente neste item.[\[1\]](#)

Outra característica é a *autarquia*, ou independência econômica quase absoluta. O utopista, como os Garamantes, despreza o ouro e a prata: teme o sistema monetário que gera desigualdade e injustiça, preferindo uma economia fechada, que permita excluir o dinheiro mediante a transformação do trabalho agrícola em matriz ética, mais que econômica. Possui uma verdadeira fobia do comércio, visto como um fenômeno parasitário, imoral, anti-social. Tal característica, embora não fique evidenciada, pode ser pressuposto entre os Garamantes, cujo país era desprovido de maiores recursos.

Os Garamantes não possuem um passado disponível, e vivem num presente imutável que não conhece o passado nem o futuro, já que, sendo perfeita, não mudará nunca. O visitador clássico da utopia – neste caso Alexandre Magno – a conhece apenas quando ela já está completamente realizada.

As utopias – e este caso é exemplar – consideram que as leis justas tornam o povo bom, que as instituições formam os costumes; suas leis nasceram da sabedoria e da razão.

A *uniformidade social* é o principal resultado das leis. As sociedades utópicas, como a dos Garamantes, ignoram dissensos, oposições, dissidências, reivindicações; por isso na utopia não existem minorias ativas nem partidos políticos. O cidadão é concebido como parte de um todo, de um conjunto do qual é apenas uma partícula. A sua vontade se confunde instintivamente com a do estado, reconhecida *a priori* como justa.

Entre os Garamantes vigora também o *dirigismo absoluto* como negação necessária de todo individualismo; como nas utopias típicas, está pressuposto o intervencionismo radical, sendo o indivíduo sempre subordinado às exigências de ordem e de equilíbrio total.

O *coletivismo* é justificado pela ausência de propriedade: é mais uma dimensão ética do que econômica (pois garante a *igualdade*). Elimina-se desta forma uma fonte de conflitos (inveja, ciúme, pobreza). Isso implica em limites à liberdade: daí deriva o aspecto ascético da moral utópica. A igualdade pressupõe a exaltação do trabalho e o horror ao parasitismo social.

O *problema religioso* parece ser o único a fugir deste dirigismo estrutural. A religião nas utopias é muitas vezes reduzida a uma profissão de fé mínima, dirigida a um Deus criador revelado pelo espetáculo da natureza. Há a crença na imortalidade da alma, mas sem aprofundamentos de ordem teológica; o culto é desinteressado, e há a ausência de uma igreja institucionalizada. A tolerância pode ser absoluta, ressaltando-se a exigência de manutenção da ordem. Este

inesperado liberalismo tem motivações profundas: nas utopias toda religião que excedesse o simples deísmo pressuporia uma hierarquia e uma organização própria, uma potência autônoma que subtrairia parcela de poder do Estado. Conseqüentemente, esta duplicidade de poderes dividiria o cidadão. Entre os Garamantes não há uma indicação substancial de uma religião institucionalizada. Sobressai, portanto, a expressão do deísmo elementar das utopias.

É indubitável que atuam elementos contra-reformistas dentro do Elogio dos Garamantes, em que pese a precocidade deste comportamento. Um dos primeiros estudiosos da utopia especificamente renascentista, Carlo Curcio, considerava este gênero um dos elementos característicos do pensamento político italiano do período (cf. Curcio 1941). No seu juízo, elementos de idealização do estado foram essenciais ao pensamento político dos séculos XVI-XVII. Por trás da busca dos perfeitos Estados com seus exímios príncipes e ministros, desejava-se conseguir, especialmente depois de provadas as alegrias e dores do absolutismo, um acordo tranqüilo, sem guerra, sem antagonismos brutais, com ordenamentos civis justos e iguais para todos ou, pelo menos, inspirados por uma equidade, que o *Cinquecento* julgava como um dos fins essenciais da ordenação política. Pairavam no período elementos estoicizantes, extraídos de Sêneca e de Cícero, que inspiraram um dos escritores políticos mais interessantes do século XV, Matteo Palmieri, a criar sua concepção da sociedade como perfeição da vida moral, como expressão de amor e de amizade. Este filão estóico influenciou sobre as concepções morais e políticas dos humanistas, e os levou a considerar os homens como tendentes naturalmente ao bem e à equidade.

Existiram, ao lado destes elementos constitutivos do ideal do “ótimo estado” e da utopia política, fatores ligados à realidade social do tempo – e de todos os tempos. Foi notável a defesa da consideração dos homens por aquilo que valessem, independentemente de privilégios de nascimento e de sangue. Boccaccio dedicou parte substancial do “*Decameron*” a este assunto. A polêmica sobre a nobilidade constitui um tema de agudas discussões já nos primórdios do humanismo, e dela foram partidários Dante, Petrarca, Coluccio Salutati, Leon Battista Alberti, Palmieri, Patrizi de Siena, e tantos outros. No *Cinquecento* os termos da polêmica antinobiliárquica vieram se modificando, no clima mais temperado da época, no sentido de que por nobre se entendia o virtuoso, o justo, aquele que tendia ao bem. Também se exaltou o trabalho, com uma diferença entre o *Quattrocento* e o *Cinquecento*: no primeiro, trabalho queria dizer meio para melhorar a própria sorte, de preferência para enriquecer; e, no segundo, significou principalmente sinal da dignidade humana (como dizia Bernardino Telesio, a referência decisiva de Campanella), a medida do homem que constrói o seu mundo, afirmando a sua personalidade moral. Disso emana um sentimento de indiferença ou de desprezo pela riqueza privada, considerada um mal, porque gera discórdias, litígios e guerras, fazendo assim com que muitos sejam pobres. O desprezo pelos ociosos vem em seqüência lógica a este conceito. Uberto Foglietta, o historiador genovês, no diálogo *Della Repubblica di Genova* (1559), chegava à conclusão que para remediar os males decorrentes das lutas políticas e sociais dever-se-ia colocar todos os cidadãos juntos a trabalhar, gozando as riquezas com equidade, e fundando assim “*um estado quieto, feliz e glorioso*”. Provavelmente influíram sobre esta tendência motivos ético-religiosos, entre outros. A riqueza, que a doutrina da Igreja havia sempre considerado como um instrumento de perdição (desde que não fosse usada para benefício dos pobres) encontrara já no século XV uma crítica moralista da parte dos escritores e de agitadores religiosos.

Um dos maiores especialistas na questão das utopias políticas dos séculos XVI e XVII, Luigi Firpo (cf. Firpo 1948), coloca o Concílio de Trento como um núcleo dinâmico que teria colocado os problemas contemporâneos debaixo de uma outra luz: a partir dele, os antigos problemas se esvaziaram. Em decorrência, novos problemas ocuparam o centro das atenções, como por exemplo o moralismo, na forma da confrontação sistemática e escrupulosa entre os valores humanísticos do Renascimento e os perenes valores ético-religiosos da tradição. A obra de Roseo pode ilustrar bem essa regressividade. Na posição utópica clássica, que consistia na proposta

confiante e convicta de modelos de sociedades perfeitas, auto-suficientes e felizes, existiam elementos radicalmente incompatíveis com o clima espiritual trentino, que seriam, em primeiro lugar, uma atmosfera cultural epicurista; a busca da felicidade na própria Terra, contrária à concepção cristã da cidade celeste, beatífica e perene; um otimismo com relação à possibilidade efetiva de realização da utopia civil; a implícita exaltação humanística da Razão e da autonomia do homem; o imanentismo recôndito, que respira no íntimo daquela sociedade imaginária, tão radicalmente autárquica que pode subsistir sem nenhum pressuposto de transcendência religiosa; e, finalmente, o fato da religião, no interior das utopias, possuir um caráter postiço e vago, um *deísmo genérico*, sem dogma, mantido apenas em função do valor social e moral das religiões e inclinado, portanto, a reconhecer nas diferentes crenças uma equivalência substancial.

A esta tendência a Contra Reforma veio contrapor toda a complexa estrutura dogmática e teológica do catolicismo positivo, e sufoca e congela a entusiástica fé nos ditames da razão humana. No *seicento* a utopia se tornará, portanto, segundo Firpo, “*fraca, privada de todo conteúdo social*”, porque a nova época não é mais da razão, mas radicalmente ligada à remota tradição dogmático-escolástica, e dela quer extrair os esquemas do viver associado. Firpo considera que para definir as características do utopismo do Renascimento seria necessário, ao mesmo tempo, definir o clima espiritual do início do *Cinquecento*. Predominaria neste sentido o que ele chama de Racionalismo Humanístico, no qual seria possível encontrar uma ânsia de alegria e autonomia humana, o orgulho da reconhecida supremacia e quase onipotência da inteligência, que se traduziria em otimismo operoso e no sentido desabusado e heróico da vida. Afinal, acostumado há séculos a comedir o próprio agir segundo uma férrea norma positiva transcendente, o homem do Humanismo reconhece estupefato no mundo uma razão suficiente, intrínseca, válida, a assegurar-lhe toda harmônica operação: a natureza. E no próprio íntimo esta natureza se faz consciente, e toma o nome de *Razão*. A Razão, por sua vez, torna-se guia e medida do agir. “*Virtù*” para Morus é “*viver secondo natura*”. Em decorrência, segue a norma da natureza aquele que obedece à Razão. Em outras palavras, a Razão é a natureza consciente de si mesma, no seu íntimo.

No terreno político o retorno à natureza envolvia imediatamente o conceito de igualdade, e isto levava imediatamente ao conceito de legalidade; o despotismo desabusado da idade dos tiranos, a brutal concepção do Estado Absolutista, patrimonial, sujeito a toda arbitrariedade, contrastava radicalmente com a visão idílica da concórdia fraternal dos homens. O *Elogio dos Garamantes* encontra lugar privilegiado nesta circunstância. Enquanto os submissos políticos realistas colocam a sua maliciosa preceptística a serviço dos príncipes, todas as páginas da corrente idealística soam como críticas severas do instituto monárquico e delineiam – não sem anacronismo – o feliz modelo da república aristocrática, que se inspira no mito tenazmente renovado da sábia e equilibrada Veneza. Em outras palavras, o Racionalismo de base naturalística opõe-se ao instituto da Monarquia Absoluta, pois este guarda ligações substanciais com a tradição na vida associativa. A utilização da figura de Alexandre Magno por Mambrino Roseo é sintomática, neste caso. Esta aversão ao Estado-força renascentista tenderia àquela restauração de princípios jurídicos subtraídos aos arbítrios dos déspotas terrenos, àquele reconhecimento de intangíveis direitos congênitos da pessoa humana, que amadurecerá na teoria do direito natural – mas aí já estaremos no século XVIII.

Mas seguramente existiram motivos sociais, entre outros, para o surgimento das utopias: uma nobreza frívola e ávida, um clero corrupto e ocioso, o parasitismo pululante, o ofício das armas reduzido à rapina de ociosos, um pauperismo deprimente, a fome, que leva ao furto e ao delito, e as turbas de salteadores e de vagabundos. O amor pelo quieto viver condenará tudo isso e buscará os valores projetados na Utopia. Nos utopistas, ao invés, o motivo social acaba prevalecendo sobre o motivo político.

Dupla seria, portanto, a aspiração que o Renascimento revela através destas descrições de cidades ideais: 1) a restauração da legalidade na vida política, e 2) o saneamento do agudo mal-estar

econômico como consequência das graves desigualdades na distribuição da riqueza.

*O que a Igreja tridentina renega* é o excessivo otimismo racionalístico, isto é, a tendência do utopismo a degenerar do hedonismo individualista em direção ao mais grosseiro materialismo. A imaginação das ilhas desconhecidas, do país remoto no qual prospera a cidade ideal – matéria básica das utopias, não é só imitação literária, mas um expediente sutil para subtrair em bloco, com a desculpa da ignorada revelação cristã, a inteira estrutura ético-religiosa da república imaginária.

\*\*\*

Mambrino Roseo nasceu em Fabriano em fins do século XV, em data incerta. Muito pouco se sabe sobre a vida deste rábula que teve várias atividades (em 1526 era notário), entre as quais foi historiador, cortesão, político e poeta. Existem informações de que esteve a serviço de Malatesta IV Baglioni, e acompanhou-o na guerra contra Carlos V. Desta experiência extraiu os argumentos para um poema em oitava rima *L'assedio e l'impresa di Firenze, com tutte le cose successe...*, poema que, impresso em Perugia em 1530, teve relevância principalmente histórica, mais que poética, pelos fatos e eventos que deixou registrado. Esta foi a sua primeira obra impressa de Roseo, de uma longa série de escritos. Uma *Vita di Marco Aurelio Imperatore com alcune lettere del medesimo tradotte* foi divulgada em Roma em 1542, mas se trata de paráfrase de uma obra espanhola de Guevara como, sem citar o autor, advertia a edição veneziana de 1544. Em 1543 publicou a *Instituzione del prencipe Cristiano*, o trabalho que conheceu melhor fortuna entre ainda que também fosse uma refacção de uma obra do mesmo Guevara; um ano depois publicou *Le vite dei dieci Imperatori* (de Trajano a Alexandre Severo), resumo quase certamente de algum trabalho espanhol. Desta língua Roseo traduziu vários textos: os livros das empresas de Amadis de Gaula e de seu filho Splandian, os sobre as empresas de Primaleão, que foram quase contemporaneamente traduzidos também por Dolce; e *Tre libri della disciplina militare* de Guglielmo Bellai; e um volume intitulado *Agricoltura tratta da diversi antichi e moderni scrittori* e uma *Selva di varie lezioni* de Pietro Messia. Todas estas coisas tiveram singular fortuna, principalmente as traduções dos livros de cavalaria, que provavelmente venderam muito, a julgar pela quantidade de edições que tiveram. Mas, com exceção da *Instituzione*, a maior atividade de Mambrino Roseo foi a de historiador. Os oito livros que agrega aos seis do *Compendio dell'Istoria del Regno di Napoli* de Pandolfo Collenuccio, editado pela primeira vez por Michele Tramezzino em Veneza (1558), teve numerosas reimpressões; fruto de muito esforço foi também a *Historia de' successori di Alessandro Magno et della disunione del suo Impero co'l successo delle guerre de' Satrapi fra loro. Racolta da diversi autori... Aggiuntavi la vita di esso Alessandro descritta da Plutarco*, Veneza, impresso por Francesco Ziletti, 1750; este foi um trabalho que evidencia alguns dos interesses historiográficos de Roseo e de seu tempo, preocupados em considerar com atenção gestas e fatos singulares e espantosos do mundo antigo. Escreveu ainda o *Supplemento ovvero quinto volume delle Historie del mondo in aggiunta alla storia del Tracagnotta*, impresso em Veneza em 1581; é uma narrativa bem completa dos eventos europeus de 1559 a 1579, um período rico de fatos e de guerras, abraçado por Roseo com um respiro que, se não fosse aquele o século de Maquiavel e de Guicciardini, se poderia chamar de exceção; porque, aqui e ali se atrapalhando em excessivos detalhes, uma visão de conjunto das coisas da Europa daquele *Supplemento* é construída talvez melhor que das *Historie* de Tracagnotta: tentativas, ambas, de história universal narrada com notável discernimento e honestidade; naturalmente, com uma pitada de moralismo de fundo político, que era indispensável ornamento da historiografia do *Cinquecento* - que Roseo, também escritor político, não podia deixar de colocar na sua história. Entretanto, morreu antes da publicação, não chegando a rever a publicação.

O livro de Roseo onde está o *Elogio dos Garamantes* teve muito sucesso; apareceu pela primeira vez em Roma, em 1543; foi reimpresso em Veneza por Comin de Trino em 1546, desta vez com a indicação: “traduzido do espanhol em língua toscana por M. Roseo da Fabriano, novamente

*com diligencia revisto e corrigido e à sua restaurada forma reduzido*”; sem dizer, entretanto, que o autor fosse Guevara; e impresso ainda em Veneza, em 1549, sem mais anexar a informação de que se tratava de obra traduzida; e da mesma forma por Giolito em 1560; e em 1577 foi feita outra edição em Mantua; foi traduzido em francês com o título de *Le parangon de vertu pour l’Instruction de tous les Princes, Potentats et Seigneurs Chrétiens, contenant em sommaires les Histoires Hébraïques, Grecques, Latines et Modernes faisant au propos*, Paris, Etienne Groulleau, 1549.

## Notas

---

[1] Tenhamos sempre em mente que os Garamantes, neste texto, são aqueles construídos pela imaginação de Guevara e Roseo.

### Obras Citadas

Cursio, Carlo (1941), *Utopisti e Riformatori Sociali del Cinquecento*, a Cura di Carlo Curcio, Bologna, Nicola Zanichelli Editore.

\_\_ (1944), "Formazione e Caratteri dell'Utopia del Rinascimento", in *Utopisti Italiani del Cinquecento, Scelti e Annotati da Carlo Curcio*, Collana degli Utopisti, Roma, Colombo Editore.

Firpo, Luigi (1948), "L'Utopia Politica nella Controriforma", *Quaderni di Belgafior*, Diretti da Luigi Russo, Quaderni Primo, Contributi alla Storia del Concilio di Trento e della Controriforma, Firenze, Vallecchi Editore.

Trousseau, Raymond (1992), *Viaggi in Nessun Luogo: Storia del Pensiero Utopico*, Ravenna, Longo Editore.